DOI 10.5216/o.v17i2. 41868

Trabalho e agroindústria no oeste do Paraná: o caso dos moradores de Vila Celeste*

*Antonio de Pádua Bosi***

Resumo: Este artigo discute a relação entre capital e trabalho na cadeia avícola localizada numa pequena vila no oeste paranaense denominada Vila Celeste. A quase totalidade dos moradores dessa vila trabalha para uma cooperativa agroindustrial e lida com diversas etapas da produção de frango que abastece os frigoríficos. Embora a Vila Celeste não tenha sido construída pela cooperativa, o fato de os moradores serem majoritariamente empregados por uma única empresa aproxima-a das típicas vilas operárias, comuns no século XIX e no começo do XX. A partir desse ponto, procuro examinar o peso que a vila tem tanto para a empresa quanto para os trabalhadores. Especificamente busco sondar as formas como os trabalhadores tratam suas experiências relativamente à vila e à cooperativa.

Palavras-chave: Vila operária; Agroindústria; Vila Celeste.

---

* Este artigo apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa Trabalho, Trabalhadores e Acumulação de Capital na Agroindústria no Oeste do Paraná (1960-2010), desenvolvido desde 2014 com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio de Bolsa Produtividade em Pesquisa.

** É graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (1993), mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2002). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tem experiência na área de História e estuda os conflitos em torno da organização do trabalho e dos trabalhadores com ênfase para as experiências mais recentes de precarização das relações de trabalho e de formação da classe trabalhadora no Brasil.
E-mail: antonio_bosi@hotmail.com

Labor and agro-industry in west Parana: the case of the residents of Celeste Village

Abstract: This article discusses the relationship between capital and labor in the poultry chain, located in a small "Company Town" in West Paraná. This "Company Town" is called *Vila Celeste*. Almost all the residents of the village to work for an agroindustrial cooperative. and deal with the several stages of chicken production to supply slaughterhouses. Although *Vila Celeste* was not built by the cooperative, the fact that the residents are mostly employed by a single company brings them closer to typical working-class villages, common in the nineteenth and early twentieth centuries. From that point, I try to examine the weight that the village has for both the company and employees. Specifically I seek to probe the ways in which employees treat their experiences in the village and the cooperative.

Keywords: Company town; Agro-industry; Celeste Village.

Trabajo y agroindustria en el oeste de Paraná: el caso de los residentes de la Vila Celeste

Resumen: En este artículo se analiza la relación entre capital y trabajo en una industria avícola situada en un pequeño pueblo del oeste de Paraná, Brasil, llamado Vila Celeste. Casi todos los residentes de la localidad trabajan para una cooperativa agroindustrial y se ocupan de las diversas etapas de la producción de producción del que abastece los frigoríficos. Aunque Vila Celeste no fue construida por una sola empresa, la aproxima de los típicos pueblos operarios, comunes en el siglo XIX y principios del XX. A partir de ese dato, analizo el peso que la villa tiene, tanto para la empresa como para los trabajadores. Específicamente busco sondear las formas como los trabajadores se relacionan con sus experiencias en la villa y en la cooperativa.

Palabras clave: Villa operaria; Agroindustria; Vila Celeste.

O objetivo deste artigo é discutir a relação entre os trabalhadores de uma vila rural no oeste do Paraná e uma grande cooperativa agroindustrial.

A Vila Celeste se localiza no interior de Santa Helena, pequena cidade às margens do lago de Itaipu, a 123 quilômetros de Foz do Iguaçu e a 608 quilômetros de Curitiba. Por sua vez, a empresa agroindustrial Lar está dispersa em quase toda a região. Uma de suas principais atividades é a produção avícola, cuja escala vai da incubação de ovos ao abate e ao processamento de frangos. Para movimentar essa cadeia, a Lar depende de trabalhadores que moram em distritos e pequenas vilas no interior da região. Na outra ponta dessa relação, os trabalhadores dependem dos postos de trabalho oferecidos pela Lar.

Sem desconhecer que os trabalhadores também se articulam nos locais de trabalho, o foco aqui é o espaço fora do trabalho. Nesse contexto, a hipótese desenvolvida neste artigo supõe que a relação de dependência entre capital e trabalho é contraditória e desigual. Desigual porque favorece a cooperativa agroindustrial, uma vez que o controle sobre o trabalho e a apropriação da riqueza está sob seu domínio. É contraditória porque a vila, tomada na perspectiva dos trabalhadores, pode funcionar como um lugar relativamente livre das pressões da Lar e, por essa razão, apropriado para pensar as relações de exploração vividas no trabalho.[1] Vejamos os argumentos que avalizam esta hipótese.

Quem conversa com trabalhadores residentes da Vila Celeste a respeito da Lar tem uma forte impressão de que se trata de uma vila operária, semelhante aos clássicos bairros organizados por indústrias ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX. Exemplos típicos são a Companhia de Tecidos Paulista, em Pernambuco (LOPES, 1988), e Fordilândia, a cidade criada pela Ford Motor Company, na Amazônia (GRANDIN, 2010). Mas esse tipo de comparação não resiste por muito tempo.

Originalmente, a Vila Celeste foi um núcleo de trabalhadores rurais e de famílias proprietárias de minifúndios. A sobrevivência de ambos, que não era fácil, tornou-se mais difícil depois que a Lar conseguiu controlar a produção e a força de trabalho na região, no contexto dos anos 80. Soja, milho, trigo e porco se tornaram produtos comprados quase exclusivamente pela Lar. Quanto à força de trabalho, ela veio de outros pontos da região onde os empregos eram escassos. No caso da Vila Celeste, no oeste do Paraná, os trabalhadores buscavam as ocupações anunciadas pela Lar. Grande número de trabalhadores saiu dali mesmo, filhos de donos de minifúndios, empobrecidos e deserdados pelas circunstâncias, devido à inviabilidade de a terra dos pais, tão miúda, ser fatiada.

Na literatura acadêmica, de modo geral, as vilas operárias aparecem denominadas de *company town* e contam com quantidade razoável de registros históricos (CRAWFORD, 1995). Esse interesse sugere que elas foram um evento importante na vida dos trabalhadores. Sugere igualmente que grandes empresas industriais as utilizavam como mecanismo de controle sobre os trabalhadores, principalmente em contextos de difícil mobilização de força de trabalho. As vilas operárias também não escaparam dos escritos literários que sublinharam as condições de vida dos trabalhadores ao longo dos séculos XIX e XX, conferindo nitidez à tristeza e à insalubridade dos casebres que acolhiam proletários de todo tipo. Em sequência cronológica podem-se citar *Tempos difíceis*, de Charles Dickens; *Germinal*, de Émile Zola; *O cortiço*, de Aloísio Azevedo; *Judas, o obscuro*, de Thomas Hard; *O tacão de ferro*, de Jack London, e *The*

jungle, de Upton Sinclair. São clássicos que integram uma lista numerosa de títulos pautados nesse tema.

Mas nenhum desses casos se compara inteiramente ao que acontece em Vila Celeste. A cooperativa agroindustrial irriga a produção avícola com trabalhadores colhidos lá. Tal empresa detém o monopólio sobre a exploração dos trabalhadores radicados naquela vila. E existem pouquíssimos empregos que não sejam oferecidos pela Lar. Além disso, para a Lar, há outras pequenas vilas e distritos que interessariam a sua fome de braços.

Detroit, na outra ponta do planeta, é um paralelo que ajuda a pensar essa situação. O fechamento de montadoras de automóveis e de fábricas de autopeças, desde os anos 70, implicou uma diminuição de 60% da população residente naquela cidade. Os 2 milhões de habitantes recenseados no final dos anos 60 declinaram para menos de 700 mil no início do século XXI (MUREMBYA, 2015). Além disso, a população que permaneceu ou que migrou para Detroit manteve-se lá em empregos precários e informais. Se a Lar se retirar de Vila Celeste, a repercussão certamente será mais severa, talvez exterminando-a do mapa ou reduzindo-a a algo parecido com uma cidade fantasma.

Uma experiência equivalente reside no deslocamento de plantas produtivas de processamento de porcos nos Estados Unidos para pequenas cidades próximas dos rebanhos. Isso diminui custos com a logística e permite que os frigoríficos monopolizem o mercado de trabalho. É o caso da Iowa Beef Packers (IBP), uma das maiores empresas do setor. Ela tem transferido suas plantas produtivas para pequenas cidades do interior, especialmente comunidades rurais empobrecidas, onde a renda declinou e muitos pequenos fazendeiros declararam falência. Essa estratégia permite a IBP ter acesso, com alguma facilidade, à população desempregada ou sem renda, pagando salários que são 40% ou 50% menores que os pagos em lugares onde a presença de sindicatos é efetiva. Isto pode ser verificado em cidades localizadas no estado de Iowa, como Storm Lake, com 8.769 habitantes, Columbus, com 1.616, e Perry, com 7 mil habitantes (STULL et al., 1995, p. 31-32)

Esse quadro é útil para posicionar a relação entre a Lar e a Vila Celeste. Ele permite pensar a vila em termos históricos mais gerais e numa perspectiva comparada. Nos casos envolvendo Detroit, as pequenas comunidades do interior de Iowa e Vila Celeste, os arranjos feitos pelo capital definem relações de trabalho que colocam os trabalhadores em condição de desigualdade. Este é um ponto marcante no processo de expansão e de acumulação do capitalismo. Mas não deve operar sozinho como chave analítica sem antes realizar um exame das dimensões historicamente específicas à Vila Celeste e ao trabalho empregado na cadeia produtiva da Lar. A forma com que penso essa estratégia da Lar reconhece a desigualdade das relações entre trabalho e capital no contexto da Vila Celeste. Por isso, requer a compreensão e a interpretação das experiências sociais dos trabalhadores, principalmente no que se refere ao significado de morar ali. Vejamos o que isso representa no âmbito do trabalho.

Existe uma estratificação entre os trabalhadores da Vila empregados na Lar. O grupo mais numeroso lida com ovos. É um trabalho estafante. As equipes são constituídas por sete pessoas que descarregam as bandejas de ovos. Depois disso, elas são preparadas para a produção de pintainhos. As equipes trabalham em pé por cerca de seis horas, sempre identificando deformidades nos ovos. Os ovos sujos, com rachaduras ou de gema dupla,

são considerados imprestáveis para a gestação de pintainhos. Tão logo se vê algum desses defeitos, o descarte é feito e eles são encaminhados para a venda e o consumo a varejo. Os que escapam nessa triagem são acondicionados até serem deslocados para as máquinas de incubação. Permanecem lá durante 19 dias, sempre supervisionados por trabalhadores da Vila Celeste. Sua tarefa é rejeitar os ovos estourados e ordenar aqueles que sobrevivem para novo transporte. Depois disso vão para as salas de vacina, onde são imunizados. Finalmente, são levados para as chocadeiras eletrônicas. É quando os pintainhos nascem. Dentro de poucos dias eles ganham peso suficiente para habitar um aviário (MOREIRA; FAGNANI, 2014).

O segundo grupo de trabalhadores garante o funcionamento de muitos aviários. Nesse lugar, ocorre a engorda dos pintainhos, até se tornarem aves que pesam em média 2,7 quilos, prontas para a produção de ovos que irão para os incubatórios. Geralmente os aviários são terceirizados pela cooperativa. Isso transfere parte dos custos de produção para os donos de minifúndios, que comprometem suas propriedades com a criação de frangos. Neles há dois tipos de trabalho. O cuidado com os frangos é um deles. A dedicação dos trabalhadores é total, porque a produção do frango ocupa 24 horas do dia. É um trabalho curioso, pois homens e mulheres subordinam suas necessidades às necessidades dessas aves. Onde elas vivem não pode ser muito quente nem frio demais. Não devem faltar comida nem água nos alimentadores. E a mortandade requer vigilância atenta. Noite e dia, dia e noite, os frangos precisam de supervisão. Não há dúvidas. A rotina dessas aves determina a rotina dos trabalhadores (FAGNANI, 2014).

Nos aviários também trabalham pessoas que pegam os frangos, os encaixotam e os removem para os caminhões que se destinam ao frigorífico. São conhecidos por graxains, um canídeo predador de pequenos roedores e de galinhas. Esse apelido jocoso traduz a importância que a cadeia avícola confere aos jovens que ganham a vida perseguindo e aprisionando frangos. Muitos deles não têm registro em carteira, nem férias, nem décimo terceiro.

Por fim, existem aqueles que trabalham na linha de produção, no corte da carne. Formam o grupo mais numeroso dessa cadeia, mas poucos residem na Vila Celeste. Equivalem a aproximadamente 80% do universo da força de trabalho contabilizada nas atividades com frango da cooperativa. Trabalham sob frio glacial, manejando partes do frango com facas afiadíssimas. As dezenas de movimentos executados para desossar ou preparar postas de frango demolem, dia a dia, seu próprio corpo. É uma das ocupações que mais adoecem os trabalhadores na atualidade (BOSI, 2014).

Termino aqui essa descrição aborrecida, porém esclarecedora. O tédio e o desalento presente nesse esboço coincidem com os sentimentos de trabalhadores entrevistados a respeito das tarefas que realizam. Em qualquer fase do processamento do frango, o trabalhador vê seu trabalho com negatividade. Para a maioria não há motivação, exceto o salário.

Isto não é somente uma leitura feita à distância. As queixas dos trabalhadores encorpam essa repulsão, mesmo quando ditas implicitamente. Claro, este não é um problema específico da cadeia avícola. A maior parcela da classe trabalhadora em todo o mundo se encontra nesta situação, de insatisfação com o trabalho. Importam-se mais com o que se pode comprar com o salário, naturalizando o que é preciso fazer para ganhar o salário. Por isso é que trabalhar pelo

salário, e apenas pelo salário, significa represar-se numa condição degradada. É praticamente uma deserção à vida.

Talvez haja algum excesso nessa última constatação, apesar de os trabalhadores endossarem o que foi afirmado. De fato, as ofertas de emprego não são animadoras para quem não tem formação considerada adequada pelas empresas e seus departamentos de recursos humanos. Quando não existe alternativa de trabalho, não se abandona o emprego. Isto é algo óbvio. Todavia, a tolerância a esse tipo de trabalho não pode ser explicada fora do contexto do capitalismo na vila e na região. De modo geral, a indústria, o comércio e a agricultura no oeste paranaense não pagam mais do que dois salários mínimos pela quase totalidade das ocupações. Relativamente a esse teto, a maioria dos trabalhadores se aproxima mais de um salário do que de dois salários mínimos (IPARDES, 2011).

Outro ponto importante nessa discussão se relaciona ao modo com que esse tipo de isolamento vivido por quem mora em Vila Celeste impacta a disposição ao trabalho demonstrada pelos moradores empregados da Lar. Para estes, se não há alternativa de emprego nas imediações da vila, a possibilidade de afrouxar o ritmo na produção, ou de faltar ao trabalho, torna-se uma escolha arriscada. Na percepção dos trabalhadores, esse tipo de pressão só relaxa depois de incorporada e naturalizada. Nesse caso, sem perspectivas melhores, a tendência é respeitar protocolos ligados à disciplina, tais como a assiduidade. E embora cada um desses trabalhadores exiba características próprias para resistir a essa coerção sutilmente disfarçada, a reação mais comum a ela pode ser observada em termos coletivos.

Um rápido desvio nesse trágico trajeto traz uma referência para se pensar os trabalhadores da vila. Confesso de antemão que é um desenho otimista acerca dos trabalhadores da cadeia avícola. Na impossibilidade de encontrar emprego, a consciência a respeito da ganância das empresas em geral se agudiza. Mas este não é um processo automático. Evidencia isso o fato de muitos trabalhadores embaralharem a repulsa à empresa com um sentimento de fracasso pessoal. O desemprego é visto e percebido como uma derrota, uma incapacidade. Em muitos casos, a exclusão também é explicada como um defeito pessoal. Por óbvio, a resistência dentro da empresa é mais provável, principalmente porque experiências comuns no local de trabalho, interpretadas num mesmo sentido, podem abrir perspectivas para sociabilidades que agregam os trabalhadores em torno de uma identidade coletiva.

No retorno às evidências, é preciso concordar com os trabalhadores no que diz respeito às condições de trabalho degradadas. Uma opinião diferente desta entre eles é uma raridade e, geralmente, expressa uma convicção sobre a ausência de opções relativamente ao emprego na Lar, naturalizando a intensidade e a precariedade do trabalho já descritas acima. Ao mesmo tempo, a contradição entre trabalhar pelo salário e perceber as péssimas condições de trabalho também é naturalizada. Não há muito a acrescentar a esse respeito.

Por outro lado, a experiência desses trabalhadores quanto ao lugar onde vivem contrasta com a visão negativa formada a respeito do trabalho. Se para a Lar a vila representa um manancial de mão de obra, para os moradores ela é sua casa. É algo que deve ser desdobrado.

As descrições dos entrevistados coincidiram em muitos detalhes, a começar pela porta principal de entrada da vila. Apesar da péssima conservação do asfalto, a dois ou três

quilômetros antes de se chegar à Vila Celeste, avista-se um corredor esverdeado, constituído de canjarana, maricá, ipês e outras árvores nativas da região. Não raras vezes as copas se inclinam em direção uma às outras e chegam a se tocar, armando uma longa sombra que compensa os buracos da estrada. É um corredor elegante, que anuncia a existência da vila ao final do caminho.

Um rápido olhar definiria a vila como um punhado de casas, um comércio menos do que modesto e um mercado que abastece a maioria dos moradores. As poucas ruas são calçadas e um número menor delas é de chão batido. Uma observação mais próxima e paciente confirma a ideia de que as casas são humildes, com fachadas simples e sem grades ou muros que delimitem suas frentes. Muitas delas mantêm comunicação com as casas ao lado, de modo que o vizinho ou parente pode atravessar o limite que o separa da outra casa. Essa prática é comum na vila, o que tende a tornar as relações bem informais.

Esse tipo de conexão, impensável para uma grande cidade, é facilitada por essa arquitetura desenhada pelos próprios moradores. Os alpendres e os jardins, com generosas sombras, servem a essa sociabilidade que acomoda cadeiras onde se descansa e se desfruta de algum tempo para conversas longe do trabalho. Ali se fala de tudo. Fala-se sobre o que é televisionado, sobre política, mas, principalmente, sobre a vida na vila. Por isso, as relações sociais lá desenvolvidas integram-se pelas convergências e divergências entre os moradores. Por isso, também, a articulação do tempo tem uma boa cota reservada às picardias. Definitivamente, pode-se dizer que a vila é pequena, mas nem de longe é adormecida. Comparada à vida urbana das grandes cidades, a realidade da vila parece defeituosa. O compasso da rotina de quem mora ali se faz por suspiros. É um tempo lento que só é interditado nas horas do trabalho na Lar.

Esta é uma conclusão importante que sintetiza uma dimensão da experiência de morar nessa vila. Vale, principalmente, pelo contraste formado junto às necessidades da cooperativa. Por quê? Do ponto de vista dos trabalhadores, nem todo o seu tempo pertence à Lar.

Em linguagem clássica, o tempo não gasto na produção deveria ser convertido em tempo para a reprodução da força de trabalho. De fato ele é, caso se considerem o descanso e o devido reparo nutricional e energético dos trabalhadores. Mas é difícil abonar essa afirmação quando os entrevistados são protagonistas de uma vida animada por compromissos que vão da família às redes de amigos, cujos desdobramentos disputam tempo e espaço com a cooperativa. Em condições desiguais, é verdade.

A essa altura, pode-se argumentar que a vida fora da Lar serve para que os trabalhadores aliviem suas tensões, refaçam e alarguem seu próprio arco de sociabilidades para reprimir e recalcar os desatinos e as insatisfações com o trabalho. Isto é bastante provável, e há evidências desse processo nas falas de alguns entrevistados. Mas esse fato não invalida uma linha de interpretação alternativa que reconhece a iniciativa de os trabalhadores de Vila Celeste construírem um lugar que seja seu, com razoável autonomia diante da fábrica. A realidade, nesse caso, comporta essas duas possibilidades que igualmente exigem investigação. Vejamos isso mais de perto, a partir do raciocínio de duas entrevistadas cujas experiências de vida e de trabalho têm sensíveis diferenças.

Alice tinha 49 anos de idade à época da entrevista, em 2014. Morava com uma de seus três filhos, o genro e um neto. Sua casa era das mais modestas, uma construção feita de

madeira e de tijolos, fixada numa das ruas que faz divisa com as lavouras que margeiam a vila. Apesar de simples e improvisada, a casa era confortável. A arrumação dos móveis e dos equipamentos elétricos e eletrônicos e certa desordem comprovavam a energia e a vivacidade de seus moradores. A tristeza naquele lugar não era um sentimento sistêmico.

Quando nos recebeu, Alice demonstrou uma alegria indisfarçável e nos instalou num alpendre tomado por samambaias, ventilado e fresco contra uma temperatura escaldante do verão. Aquela foi sua segunda entrevista, e talvez por isso ela estava à vontade diante do gravador. Logo no início, falou que não sabia o que poderia dizer que fosse do interesse de um professor universitário. Essa distância marcou a conversa até o ponto em que abordamos seus dilemas pessoais. Olhando retrospectivamente, me lembro de que ela não negligenciou fatos importantes de sua vida e da família, mesmo quando chorou ao falar do filho que abortou no Paraguai por excesso de trabalho. Sua alma parece refletir sua casa, ou o contrário. Aberta e sem segredos.

Alice mudou-se de Toledo (PR) para Santa Helena (PR) em meados dos anos 80, quando tinha cerca de 18 anos. De lá foi para a Vila Celeste. Ela, o marido e o filho pequeno permaneceram cerca de seis anos na vila. Alice e o esposo trabalhavam como boias-frias. Foram para o Paraguai depois de diversas notícias sobre as oportunidades econômicas naquele país. Arrendaram um pequeno lote de terras, de cinco hectares, onde cultivavam milho, soja, algodão, arroz, feijão e criavam porcos. Parecia um bom plano. Mas não funcionou.

Ela trabalhava sozinha porque o marido se via impedido por uma lesão na perna. Aqueles cinco hectares exigiam toda a energia dela. Sobre a experiência no Paraguai, três pontos se revezavam com insistência em sua narrativa: a pulverização de veneno, a imobilidade do marido e os dois filhos nascidos lá. Dessa forma, ela justificou seu fracasso. Em síntese, Alice disse que "de bom mesmo só o nascimento dos filhos".

Os tropeços se prolongaram durante 18 anos no Paraguai. Sem qualquer sinal de prosperidade, Alice pensou em voltar para o Brasil. Também se preocupava com a educação dos filhos. Comparava aquele tempo com o presente imediato de um modo bastante direto, embora abstrato. "Aqui, nós não tinha tanto sofrimento, era melhor do que o Paraguai." Ato contínuo apontou diretamente para sua filha e expressou orgulho ao contar que "essa daí fazia faculdade pra ser professora. Sofri, mas se formou". Isso deve ser visto como uma conquista mais simbólica do que material, uma vez que a filha, depois de concluir o ensino superior, continuava a trabalhar na Lar.

De volta à Vila Celeste, Alice reuniu grande parte do dinheiro que tinha e comprou um lote onde hoje está a casa em que mora com uma filha, o genro e um neto. Trabalhou como boia-fria e depois na Lar. Foi nessa condição que conseguiu financiar os estudos da filha. No Brasil, um diploma universitário e a aposentadoria do marido compuseram a única rota de fuga avistada por Alice. Nada disso funcionou. O curso superior não garantiu mudança na ocupação da filha. E o marido se aposentou e se separou da família.

Esses acontecimentos, sublinhados e narrados por Alice, cobrem cerca de três décadas de uma história autobiográfica. São importantes principalmente porque apresentam dimensões relevantes do mundo dos trabalhadores: o drama das seguidas migrações, as

relações de trabalho no campo, a formação da família trabalhadora, uma densa trajetória ocupacional (que se diversificou ainda mais depois que ingressou na Lar), a autoridade feminina no círculo familiar. Mas não foram expostos cronologicamente por ela. O fluxo de sua memória os ordenou a partir de dois pontos: a família e a necessidade de trabalhar. Junto a isso, a aparente desordem dos fatos recordados guardava uma lógica historicista. Os eventos narrados não foram objeto de uma simples contemplação do passado, de episódios externos a ela, mas estavam imersos em sua própria vida, como uma história inacabada. Por isso, morar na Vila Celeste permanecia sendo um ponto aberto em sua trajetória, embora fosse o ponto mais seguro de todo o seu percurso.

Durante metade da entrevista, Alice descreveu suas diversas ocupações com nítido desencanto. Mencionou sua rotina na Lar com certo automatismo e constantemente mudava o assunto para o lado da família. De bom, só o tempo gasto entre a casa e a Lar, abreviado pelo ônibus da empresa. Uma pergunta direta sobre isso a fez ponderar a visão sobre seu trabalho. Como ela já havia dito, comparado ao que viveu no Paraguai, a Lar não representava o fim dos tempos.

A primeira função de Alice na Lar foi a de pegar ovos e triá-los. Em pouco tempo, ela se queixou de dores ao seu chefe imediato. Disse que "era muito movimento". A reclamação surtiu efeito e a colocaram para lavar as caixas utilizadas com as galinhas poedeiras. Mas não fez diferença. Ela explicou que os movimentos de manuseio das caixas não eram diferentes daqueles executados na função anterior. A insistência fez aparecer um pequeno caroço no pulso. Seu chefe, o mesmo que lhe mudou de função, respondeu à reclamação aconselhando-a a enfaixar o pulso. Sem nenhum tratamento adequado, a lesão não desapareceu, e ela se viu obrigada a se submeter a uma cirurgia. Como o preço do procedimento médico custava quatro vezes o seu salário, ela buscou o Sistema Único de Saúde para a realização da cirurgia. Depois de 15 dias afastada para sua recuperação, Alice retornou ao trabalho lidando com a eclosão dos ovos e o nascimento dos pintinhos, mas não podia permanecer lá devido à grande quantidade de formol na sala onde ficava. A cirurgia no pulso ainda não estava inteiramente cicatrizada. Exposto ao formol, o corte suturado poderia infeccionar. O desfecho dessa história repetiu a sorte de outros trabalhadores ocupados na cadeia avícola. Àquela altura, seu chefe lhe propôs que fizessem um acerto, provavelmente para evitar uma ação trabalhista. Disse também que a chamaria para trabalhar depois de seis meses. Com algum rancor e desapontamento, Alice lamentou: "e nunca mais me procurou".

Sem alternativa de trabalho na vila, Alice conseguiu pequenos serviços em Santa Helena. Limpava casa, lavava roupa, fazia faxina, mas o pagamento não cobria as despesas com o deslocamento e a alimentação. Então, passou a aceitar qualquer atividade que aparecesse na vila. Ela varria pátio, lavava roupa, carpia lote, roçava.

Alice não voltou a trabalhar na Lar. Diversas vezes preencheu uma ficha no setor de recursos humanos. O esforço foi em vão. Nem a Lar nem o ex-chefe a chamaram. O sentimento de abandono e de injustiça tornou-se, ao longo dos anos, ressentimento. Alice distribuiu sua insatisfação entre a Lar e o ex-chefe, uma síntese provisória de sua relação com a empresa.

Contudo, sua queixa é maior em relação ao ex-chefe, que a convenceu a sair da empresa e não cumpriu o trato de empregá-la depois de seis meses.

Seu antigo chefe parece ter utilizado o protocolo da empresa em casos como este. Alice foi descartada a partir de um acerto financeiro considerado legal, que permitiu a ela receber uma quantia maior do que geralmente se paga quando se pede demissão. Para a Lar, esse desfecho evitou uma indenização pelo ferimento no pulso. Também tornou pouco viável uma ação trabalhista movida por Alice. Vale ainda comentar que, embora legal, esse tipo de acerto foi proposto para ela com o objetivo de disfarçar a responsabilidade da empresa com a lesão de Alice. Tal procedimento não está registrado em nenhum manual ou norma interna sobre protocolos administrativos ou trabalhistas. É uma conduta padrão, sem lastro nem vestígio na documentação da empresa.

Nessa situação, com a vida organizada em Vila Celeste e com quase 50 anos de idade, Alice insistiu na busca de uma nova ocupação e, ao mesmo tempo, manteve uma ponta de esperança de ser convocada pela Lar. Conseguiu empregar-se como graxaim. Trabalhava para um funcionário público, morador numa cidade vizinha, dono de um negócio na área de transporte de galinhas e frangos. Alice se esforçou bastante para se adaptar à nova função porque, geralmente, as condições e as relações de trabalho degradavam os trabalhadores. Ela disse que esse trabalho era pesado e sujo. O carregamento de galinhas e frangos para as caixas era estafante devido à intensidade das tarefas e à repetição de movimentos arqueados que estressam quase que inteiramente a parte motora do corpo humano. A captura das aves era insalubre porque provocava muita sujeira. Levantava o pó que se desprendia da maravalha (a cama dos frangos, feita de serragem e das próprias fezes das aves) e expunha os trabalhadores aos detritos das galinhas e dos frangos. No final, Alice saía coberta de fezes e de urina.

Além disso, as marcas da nova ocupação são tão visíveis quanto diferentes. Seus braços são desproporcionais. A circunferência dos bíceps é exageradamente ressaltada, hipertrofiada devido ao movimento repetitivo e intenso realizado para pegar as aves. É um sinal indisfarçável. Não se sabe, inclusive, se é uma característica do tipo de trabalho ou um defeito.

A favor desse trabalho, ela argumenta que sua posição é de chefia. "Eu mando lá. Tipo assim, ele [patrão] me liga aqui [em casa]. 'Alice, precisa de fulano', e tu vai atrás. 'Alice, tu fala com a fulana'. Corro atrás de peão. Eu faço o pagamento. Eu sou a cabeça dele, né?" É certo que ela enxerga algum status nessa relação, o que a coloca numa zona intermediária entre os demais trabalhadores e seu patrão. Contudo, parte desse imaginário rui quando ela informa que trabalha sem carteira assinada, recebendo aproximadamente 1,4 salário mínimo, sem descontos de natureza trabalhista, sem direitos. Ademais, ter se socorrido no trabalho de graxaim reforça a ideia de que, em Vila Celeste, não há alternativa de emprego fora da cadeia avícola controlada pela Lar. De fato, o escrutínio dessa realidade contrasta com a leitura feita por ela sobre si mesma. Não é o caso de aferir qual interpretação dessa realidade é mais verdadeira, senão entender a sua escolha.

Em parte, Alice vê sua vida nos termos do tempo presente mais imediato. Ela faz isso de modo a comparar dimensões de sua história e formar uma escala que classifica os eventos relatados entre bons e ruins. Esta é uma maneira comum de ordenar a memória e reunir as experiências consideradas relevantes. No caso dos eventos considerados ruins, ressentimentos,

traumas e tabus podem ficar de fora desse tipo de categorização. Humilhações sofridas por Alice sob os olhares assustados e tristes dos filhos, o aborto ocorrido no Paraguai decorrente do esforço excessivo no trabalho e a conflituosa relação com o marido não apareceram como pontos fora da curva, contados sob forte carga emocional ou fora do registro gravado da entrevista. Muitas vezes o ouvido estranho é o mais adequado para confissões e desabafos. Tais fatos interrompem o fluxo da narrativa, como se ficassem desajeitados relativamente à história que é contada. Também por isso são deixados de fora. Eles existem, mas não são facilmente confessados. De toda forma, no caso de Alice, a avaliação feita a respeito do passado é rigorosamente pior do que sua leitura do tempo presente imediato, mesmo tendo vivido 18 anos no Paraguai.

A narrativa de Alice pode ser melhor compreendia quando comparada a de Márcia, a segunda entrevistada. Durante a entrevista, Márcia mostrou-se cerimoniosa. Havia uma desconfiança sutil. Sua narrativa encheu-se de cuidados. Preparava suas respostas à medida que observava minhas reações. Mas essa postura não deixou a entrevista desinteressante. Ao contrário disso, essa suspeição ajudou a caracterizar a visão de Márcia sobre o mundo no qual vivia e trabalhava. Nesse sentido, há muitos contrastes com o acidentado percurso de Alice. Um dos principais é o trabalho. A visão que cada uma tem sobre ele é distinta entre si. Grosso modo, pode-se qualificar a leitura histórica de Alice pouco otimista, bem menos entusiasmada do que a de Márcia. Ao mesmo tempo, a primeira se mostrou espontânea, desinibida, enquanto a segunda revelou-se comedida, acanhada. Mas há pontos em comum entre as duas.

A cortesia ao nos acomodar nas cadeiras foi a mesma. Num dia quente, nos recebeu no alpendre improvisado da casa, que servia também como garagem. Não demorou para que seus braços hipertrofiados se apresentassem como uma característica de quem trabalha catando e encaixotando galinhas.

Embora o trabalho signifique para elas tão somente uma fonte para o consumo – salário –, Alice está pior localizada nesse mundo dos trabalhadores do que Márcia. Mas não é preciso quantificar e contrastar os infortúnios para pressupor isso. Podemos avaliar comparativamente os sentimentos de ambas que conectam o trabalho à vida. Embora cargas emocionais ligadas às experiências de viver e de trabalhar não tenham referências seguras que as modulem, é nesses termos que se pode compreender como Márcia vê sua experiência de trabalhar na Lar e de viver em Vila Celeste.

Márcia tem 30 anos de idade, 17 a menos do que Alice. A Lar foi seu primeiro emprego com carteira assinada. Mudou-se para Vila Celeste quando tinha 20 anos de idade, já casada. Antes, morou em Toledo (PR). Seu marido preferiu sair de lá em direção à Vila Celeste para trabalhar na Lar. Seu irmão instalou-se em Santa Helena e abriu um mercado. Estas foram as duas primeiras razões elencadas por Márcia que a levaram até Vila Celeste.

Nos dois primeiros anos, Márcia fez bicos no mercado do cunhado. Mas isso não foi suficiente. Ingressou na Lar quando tinha 22 anos de idade e se manteve no mercado. Lá ela continua trabalhando em horário comercial. Chega às 8 horas, para às 11h20, retorna às 13 horas e termina às 17. Seu trabalho na Lar começa depois desse expediente.

Durante dois dias da semana, Márcia trabalha na Lar, na função de pegar e colocar galinhas em caixas para o transporte até o frigorífico. Mas ela não reclamou disso. Nessa

condição, Márcia trabalhou seis anos, até ter um bebê. Depois disso, decidiu deixar a Lar para cuidar do filho. Por iniciativa própria, pediu e assinou um acerto trabalhista. Isto aconteceu após o término de sua licença-maternidade, usufruída em quatro meses, dois a menos do que o estabelecido em lei. Márcia argumentou que não queria deixar seu filho, tão novo, na creche. Baseada nesse arranjo, ela ficou 18 meses cuidando exclusivamente do bebê. Passado esse tempo, Márcia deixou-o na creche e foi recontratada pela Lar.

O último ponto dessa descrição permite constatar a diferença de tratamento conferido pela Lar à Alice e à Márcia. No primeiro caso, o acerto para a demissão partiu do ex-chefe, com a promessa de recontratação, coisa que não aconteceu. Para Márcia, a escolha de cuidar do filho não cancelou nem exasperou a conexão com a empresa. Talvez, embora ela não tenha dito, o tempo que ficou fora da Lar para cuidar do filho mostrou-se vantajoso para a empresa, uma vez que o tempo e a concentração no trabalho não seriam divididos com o filho. Mas é uma suposição. O certo é que a Lar, ao recontratar Márcia, reconheceu-a como ótima trabalhadora. Também é verdadeiro que tal juízo da Lar considerou positivamente o estado funcional de Márcia, jovem, vigorosa e sem lesões. De seu lado, Márcia disse acreditar que essa visão permitia a ela estabelecer, ao seu modo, uma estabilidade informal.

Outros dois pontos ligam entre si as experiências de Márcia e de Alice. O primeiro diz respeito aos reflexos do trabalho em suas vidas ou o reflexo de suas vidas no trabalho. Alguns deles já foram analisados aqui. De maior importância, resta pensar a dimensão simbólica das relações de trabalho referidas no contexto da Vila Celeste.

Começando por Alice, percebe-se a importância atribuída por ela a sua função improvisada de chefe – "cabeça" – na tarefa de carregar e descarregar o caminhão que transporta as galinhas para o frigorífico e o caminhão que leva as aves prontas para a produção. "Eu faço a maioria ali dentro. Sou eu quem governa." Esse cargo informal sustenta seu discurso. Ela se vê como a "cabeça" dos negócios do funcionário público para quem trabalha. Com esse sentimento, ela constrói uma quase perífrase, reconhecendo a si mesma como a "chefe". Mas objetivamente ela não tem registro em carteira, razão de muitas reclamações. E a remuneração pelo "cargo" que ocupa é um acréscimo financeiro que dificilmente ultrapassa 20% do valor costumeiro de seu salário.

Alice explica seu trabalho com ambivalência desde o emprego na Lar. Ora ela sublinha sua posição de líder durante o tempo em que esteve na Lar e na atual ocupação, ora justifica sua tolerância em face de uma atividade considerada tão pesada e suja. Seu argumento é um lugar-comum. "Eu faço pra não ver meus filhos passarem fome e pedindo na casa dos outros." Simultaneamente, ela assume um papel de suposto destaque perante os colegas de trabalho e, em menor grau, diante do universo das pessoas com as quais se relaciona. Nesse caso, tal tipo de recompensa – ou compensação – é de natureza simbólica.

Salário e status. São esses dois elementos que equilibram a relação com os pontos negativos do trabalho que geram frustração. A fadiga, o tédio, o calor demasiado, a poeira e as próprias galinhas. Aos olhos de ambas, esse sofrimento requer gratificação. Márcia, mais do que Alice, repercute seu status. As menções que fez a sua condição de líder dentro do setor onde trabalha na Lar foram voluntárias e repetitivas.

O segundo ponto tem relação com a estabilidade financeira e com diferentes tipos de tranquilidade que podem decorrer dela. Na casa de Alice, a renda é composta por seu salário, conseguido numa ocupação informal, e pelos salários da filha e do genro, empregados na Lar. A soma chega a 3,2 salários mínimos, uma renda média de 1,06 salário mínimo. Na casa de Márcia, a renda da família também resulta do trabalho de duas pessoas e totaliza quatro salários mínimos brutos. Seu marido recebe 1,5 salário no setor onde atua como líder. Márcia recebe 2,5 salários, somados 1,5 salário pago pela função de líder na cata de galinhas e 1 salário pelo trabalho no mercado do cunhado. Igualmente à família de Alice, a de Márcia também contabiliza uma criança pequena. Comparando os valores, a renda da família de Márcia é de dois salários mínimos, o dobro da renda da família de Alice.

É uma diferença que estabelece, aos olhos das duas, clivagens no universo social de Vila Celeste. A narrativa de Márcia, por exemplo, não cedeu espaços para incertezas e inseguranças a respeito de seu percurso. Sequer deu sinais sobre qualquer correção de rota. Ela não apresentou queixas durante a entrevista, o que não quer dizer que inexistam problemas relacionados ao seu trabalho. Otimismo é um substantivo hiperbólico para medir-lhe o estado de ânimo em termos financeiros.

Sua visão sobre a história estrutura uma convicção acerca do sucesso, um tipo de autoconfiança assentado em realizações materiais bastante visíveis. Elas funcionam também como uma vitrine exibida aos vizinhos e familiares. Aparecem como evidências de uma história de vida. Esse movimento de exposição e de reconhecimento alimenta sua autoconfiança e injeta motivação na energia gasta no trabalho. Os elementos mais explícitos são um automóvel, uma motocicleta e uma casa construída no que se pode considerar a parte central de Vila Celeste. É com a moto que Márcia se desloca diariamente até Santa Helena, onde está o mercado no qual trabalha. A casa ainda se prolonga à custa de uma reforma. Até certo ponto, isso espelha a vida da família. Pode ser interpretado também como sinal de progresso, estampado na renda e nos bens materiais. E este não é um traço peculiar de Márcia, senão uma atitude quase geral no contexto do capitalismo, toda vez que um bem ou um equipamento doméstico de conforto se torna igualmente um objeto de ostentação. Esse fetiche da mercadoria pode ser visto, em Vila Celeste, como um atestado do grau de vinculação de Márcia ao capitalismo. Mesmo num pequeno universo social existem escalas de status financeiro, sutilmente manejadas e expostas. Em resumo, se a narrativa de Alice está próxima do historicismo, a narrativa de Márcia pode ser vista como cliometrista, voltada para o futuro a partir de certezas construídas no presente imediato.

Creio que agora posso concluir o raciocínio que iniciou este texto.

Muitos pontos discutidos até aqui dizem respeito a um mundo mais amplo que a Vila Celeste. Podem e são encontrados num sem-número de percursos de gente pobre no Brasil que também relacionam o trabalho exclusivamente ao salário. E assim como Alice e Márcia, esses trabalhadores vivem sitiados pelo capital. São estimulados a escapar de seu lugar social, mas esta é uma fuga improvável porque agem sozinhos, cada um a sua maneira. Enfrentam barreiras o tempo todo. Eles escutam que sua escolaridade é insuficiente, que não têm aparência adequada para certos empregos, que não têm *expertise*, vocabulário

apropriado, cordialidade dissimulada, enfim, que são e permanecerão pessoas incompletas. Quais respostas os trabalhadores dão a isso? Alice e Márcia oferecem uma importante chave de análise, conforme tentei desenvolver.

A relação que as duas estabeleceram com a Vila Celeste tem especificidades. Alice, mais do que Márcia, reafirmou sua ligação com a Vila durante e depois de pequenas e grandes tragédias que definiram os limites de sua trajetória. Mais jovem, Márcia não revelou desgastes em sua vida. Aliás, mostrou-se convicta de que ela e o marido estão no caminho certo, sem interesse de olhar para trás. Podemos acrescentar outros pontos em que os percursos delas se cruzam e expressam experiências e interpretações distintas. Nesses casos, o fato é que muitas das intersecções das vidas de Alice e de Márcia não são obrigatórias. Mas o que elas têm em comum, no trabalho e na vida em Vila Celeste, é a experiência da exploração, algo que não podem escapar, embora possam interpretar distintamente.

Com isso voltamos ao começo. A Vila Celeste está sitiada pela agroindústria. O sentido dessa afirmação não é metafórico. A maioria de seus moradores depende dos empregos da cooperativa para trabalhar. Trata-se, como busquei mostrar, de um mercado de trabalho controlado. Uma realidade como esta estreita as possibilidades para os trabalhadores. Em linguagem teórica, representa reconhecer limites e determinações para as ações de gente como Alice e Márcia. Desde Marx (MARX, 1987), esta tem sido uma questão política importante, com notável repercussão nas organizações dos trabalhadores e nos estudos acadêmicos. E vez ou outra, ela ganha novo fôlego, sendo recolocada fortemente como problema para reflexão e investigação. A historicidade da experiência dos moradores de Vila Celeste é, ela própria, um argumento sobre a força dos trabalhadores e sobre como e em que condições eles enfrentam a cooperativa, mesmo quando Alice e Márcia parecem interpretar seus percursos individuais deixando de lado o capitalismo do contexto em que vivem, trabalham e lutam.

Notas

1 Registro uma rápida referência de natureza teórica para esclarecer o leitor a respeito da abordagem realizada neste artigo. Ao longo do trabalho de pesquisa e da exposição de seus resultados, tratei a principal fonte, as entrevistas, como um experimento de igualdade, na formulação de Alessandro Portelli (PORTELLI, 1996). Isto implicou encarar as entrevistas como um ato protagonizado pelo sujeito nela envolvido, pressupondo uma dinâmica estruturada em continuado diálogo com o entrevistador. Foi desse modo que problematizei a narrativa dentro da entrevista e em seu conjunto, abrindo espaço para que as falas pudessem ser estruturadas e vistas como narrativas que expressassem a complexidade do raciocínio dos trabalhadores. Este é também um pressuposto da pesquisa histórica concebida no campo de reflexão da história social do trabalho referenciada no marxismo. Desse modo, as narrativas foram tomadas como resultado de determinada experiência social, sendo tratadas, como lembra Edward Thompson, na consciência e na cultura desses trabalhadores, alimentando ações, atitudes e comportamentos numa dada situação (THOMPSON, 1988). De maneira geral, este foi o ponto de vista teórico que organizou este artigo.

Referências

BOSI, A.P. (Org.) **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no oeste do Paraná (1970-2010):** estudos sobre a cadeia avícola. São Paulo: Editorial Paco, 2014.

CRAWFORD, Margaret. **Building the workingman's paradise**. The design of american company towns. New York: Verso, 1995.

FAGNANI, Lucinéia. **Trabalho e trabalhadores na avicultura:** experiências de operários na unidade de produção de pintainhos, Cooperativa Agroindustrial Lar (2006-2013). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2014.

GRANDIN, Greg. **Fordilândia.** Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na Selva. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo de 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>. Acesso em: 2 maio 2014.

IPARDES. Dados. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Curitiba: IPARDES, 2011. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 29 abr. 2009.

LOPES, J.S.L. **A tecelagem dos conflitos de classe.** Na cidade das chaminés. São Paulo: Marco Zero, 1988.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

MOREIRA, V.; FAGNANI, L. Trabalho e trabalhadores na produção de pintainhos em cooperativas no Oeste do Paraná, década de 1980. In: BOSI, A.P. (Org.). **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no oeste do Paraná (1970-2010):** estudos sobre a cadeia avícola. São Paulo: Editorial Paco, 2014, p.179-193.

MUREMBYA, L.; GUTHRIE, E. **Demographic and labor market profile:** Detroit city. Departamento of Technology, Management, and Budget. Bureau of Labor Market Information and Strategic Initiatives. State of Michigan, 2015.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História. Cultura e Representação**, São Paulo/EDUC, n. 14, p. 25-39, fev. 1996.

STULL, D.D.; BROADWAY, M.J.; CRIFFITH, D. **Any way you cut it.** Meat processing and small-town America. Lawrence: University Press of Kansas, 1995.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Artigo recebido em 18 de junho de 2016
Artigo aceito em 14 de fevereiro de 2017